



UNILAB
Universidade da
Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**EPISTEMOLOGIAS EM DISPUTA:
SOCIOLOGIA AFRICANA CONTROVERTENDO PARADIGMAS DO
DESENVOLVIMENTO**

REDENÇÃO- CE

2023

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**EPISTEMOLOGIAS EM DISPUTA:
SOCIOLOGIA AFRICANA CONTROVERTENDO PARADIGMAS DO
DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO- CE

2023

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**EPISTEMOLOGIAS EM DISPUTA:
SOCIOLOGIA AFRICANA CONTROVERTENDO PARADIGMAS DO
DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Aprovado em: 01 de Fevereiro 2022.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Examinador: Prof. Me. Policarpo Gomes Coamique

Examinador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

RESUMO

O objetivo central deste artigo, recai sobre os estudos epistemológicos e paradigmas em disputa em que se envolvem os processos do desenvolvimento da sociedade africana. Deste modo o trabalho procura-se sistematizar encaminhamentos teóricos, e as complexidades políticas socioeconômicas e culturais atreladas às sociedades africanas. Dessa forma, para melhor identificar essas problemáticas, faz-se, necessário mobilizar estratégias deslumbrantes em prol da sociologia africana e dos pesquisadores (as) africanos (as) para que assim, repensar as armadilhas eurocêntricas postas ao desenvolvimento e pensamento africano. Por esta razão, pode-se entender que o modelo epistemológico seguido por África, procura-se transitar ondas do desenvolvimento que as instituições financeiras exteriores lhes proporcionam. Nessa ótica, faz todo o sentido a sociedade africana criar mecanismos que confrontam as novas pluralidades, e mecanismos que rompem com estereótipos das quais o mundo ocidental observa desafios das próprias sociedades africanas.

Palavras Chave: África – Epistemologias –Desenvolvimento.

ABSTRACT

The central objective of this paper is the epistemological studies and paradigms in dispute involving the development processes of the African society. It also seeks to systematize theoretical approaches and the political, socioeconomic and cultural complexities related to African societies. To better identify these problems, it is necessary to mobilize dazzling strategies in favor of African sociology and African researchers in order to rethink the Eurocentric traps that are imposed on African development and thought. For this reason, it can be understood that the epistemological model followed by Africa, seeks to ride the waves of development that external financial institutions provide them. As a result, it makes perfect sense for African society to create mechanisms that confront new pluralities, and mechanisms that break with stereotypes of which the Western world observes challenges from African societies themselves.

Key-words: Africa - Epistemologies -Development

1- INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos as reflexões em volta do desenvolvimento e repensar as estratégias que tecem olhares sobre epistemologias em disputas, desde a amarra da sociologia africana, e as suas reversões paradigmáticas no que tange às ondas do desenvolvimento em África. O novo advento epistemológico e o encaminhamento sobre a disputa teórica que se confronta nas atreladas composições das sociedades africanas.

Por esta razão, a compilação deste artigo, enquadra-se principalmente nos elementos teóricos que abordam a luz da sociologia africana, em suas variantes epistemológicas, fundamentadas nos levantamentos bibliográficos, consultadas e analisadas, num olhar interdisciplinar com base crítica sobre assuntos abordados.

Tomando em consideração essa linha racional, enquanto a menção das epistemologias e os lugares que as ciências sociais africanas têm assumidas nas disputas geopolíticas entre paradigmas, faz sentido repensar lugares e os modelos do desenvolvimento que a África e suas sociedades vêm construindo.

Nas palavras de Didier N. Kaphagawani e Jeanette G. Malherbe (2002) compreende-se que “A sociedade colonial deliberadamente se desligou da possibilidade de perceber ou experimentar culturas alternativas, e se esta é a marca de uma sociedade “fechada”, então ela era bem fechada” (KAPHAGAWANI & MALHERBE 2002, p.15).

Por assim dizer, procura-se estruturar este artigo em cinco secções, que compilam as reflexões presentes, contando com introdução de conclusão. Neste sentido, a primeira seção é a introdução do trabalho, na segunda secção, falamos das epistemologias em disputa. Posteriormente, debruçaremos sobre os paradigmas do desenvolvimento em África.

Ao fechar as secções, a pergunta que se levanta, seria ético África reformular-se paradigmas do desenvolvimento proposto pelo mundo Ocidental?

Por último, concluiremos sobre as contribuições destas abordagens e as suas recomendações para o desenvolvimento da África subsaariana e seus respetivos países¹, estruturalmente o mapa geográfico desse continente se delimita conforme consta abaixo.

¹ África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Figura 1: Mapa dos países da África



Fonte: Wikipédia, 2023.

Conforme coloca Elias de Oliveira Tomé, a designação da expressão, África é uma palavra de origem diversificada, desde as interpretações históricas emprestadas pelos Romanos e empregaram-na, a Tunísia, e depois espalhada à região do Magrebe, alastrando-se, para todo continente. Neste sentido, só a sua expressão África, já, vem tomando outras narrativas, exemplo, de África negra, ou seja, Subsariana, termo esse subcarrega de estigmas e estereótipos, que às vezes não condiz a realidade vivenciada (TOMÉ, 2018). Este território sócio geográfico, possui as suas diversidades e seus respectivos desenvolvimentos. Abordar sobre as diversidades socioculturais, políticas e econômicas que as sociedades africanas se confrontam não escapa de reformular as filosofias e perspectivas epistemológicas em disputa.

2- EPISTEMOLOGIAS EM DISPUTA

Já imaginou? Muitos se questionam: vale a pena falar das epistemologias africanas? Na base dessa inquietação, triunfou-se, a necessidade de conjugar as complexidades e as outorgações que ciências humanas e sociais, e em particular a sociologia africana para contemplar a disputa epistemológica africana², e os referentes teóricos eurocêntricos desde já

²Em outras palavras, embora a epistemologia como o estudo do conhecimento seja universal, as formas de aquisição de conhecimentos variam de acordo com os contextos socioculturais em que os conhecimentos são formulados. É a partir dessas considerações que se pode falar de maneira sensata de uma **articulação africana**. A expressão “epistemologia africana”, como pode-se notar, está sendo usada no sentido genérico em que “filosofia africana” é normalmente utilizada” (KAPHAGAWANI & MALHERBE 2002, p.2).

faz sentido contextualizar a renascença da sociologia africana, colocando-a como mecanismo da emancipação e da sua construção epistemológica mediante as identidades que lá estão construídas e ressignificadas. Nesta perspectiva, segundo aponta Max Assimeng (2016),

todos os seres humanos têm a capacidade de refletir sobre as questões da existência social, mas nem todos tomam a iniciativa de buscar sistematicamente mais informações factuais sobre a natureza e o destino da sociedade humana. Aqueles que o fazem se envolvem numa forma de teorização social, abstrata ou, de maneira mais típica na África, em resposta a processos específicos e a situações concretas. Essas situações concretas realmente existem em grande quantidade na experiência africana (ASSIMENG, 2016, p. 277).

Tal como, elucida Toyin Falola (2007, p.16) “para repensar as Humanidades, a primeira tarefa é entender por que fabricamos o consenso intelectual e quebrar as barreiras, para permitir à nova geração experimentar suas asas e voar. Precisamos consumir as vigorosas pesquisas de um número maior de dissidentes, críticos e não-conformistas”.

Segundo Carlos Cardoso (2011), essa realidade diversificada obriga a prática das ciências sociais e da sociologia em particular a seguir padrões complexos, e competitivos no universo da legitimidade das sabedorias e conhecimentos.

Neste sentido, autor nos coloca a pensar que esse desafio do poder tem o impacto em determinar quem produz o saber e quem a recebe enquanto tal. Por essa razão, ele mostra que devemos tomar em consideração o lugar da cultura onde se legitimam esses valores humanos.

Por assim, observa-se, que, “[...] Cada cultura tenta enfrentar, nos termos que lhe são próprios, com a ciência e a tecnologia que lhe são acessíveis, com a interdependência que lhe é imposta e com a identidade cultural que lhe é peculiar, os inúmeros desafios que a contemporaneidade lhe coloca” (CARDOSO, 2011, p.131).

Porém, Paulin J. Hountondji (2008) realça que colocar o princípio filosófico e implicações das ciências em conformidade daquilo que veio a ser definido por tradicional e moderna pelo qual a produção e demarcações das fronteiras no campo intelectual e da valorização dos saberes se constituem.

Percebe-se que, “[...] investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas” (HOUNTONDJI, 2008, p.158).

Nessa perspectiva, Artimisa Odila Candé Monteiro, (2013) aponta que,

o século XXI apresentou uma virada significativa na historiografia africana, que durante muito tempo foi permeada de mitos, equívocos, pré-noções, preconceitos que tiraram o privilégio de muitos ao acesso da “verdadeira” história da África. Ou seja, este século não só abriu leques de possibilidades para questionamentos sobre o conjunto de escritos sobre a historiografia africana, como também permitiu a visualização e reconhecimento dos preconceitos e pré-noções no tratamento das fontes no tocante às produções sobre este continente (CANDÉ, 2013, p. 74).

Nesse entender, pode-se notar que a questão da legitimidade das produções e as epistemologias dos africanos (as) enquanto sujeitos racionais e competentes, não se conjugam com os fundamentos dos ditos filósofos eurocêntricos, e as suas específicas conotações, sobre sociedades africanas e seus descendentes, como afirmavam, Immanuel Kant³; David Hume; Friedrich Hegel há quem afirmava que África não tem história.

Neste sentido, João Ariscado Nunes (2009), que esta disputa é percebida “para alguns, estaríamos perante uma ‘crise final’ da epistemologia ou, pelo menos, perante a sua ‘naturalização’ ou historicização definitiva, libertando-a da pretensão de se estabelecer como lugar da determinação do que conta e não conta como conhecimento” (NUNES, 2009, p.215).

Partindo dessa observação, Nkolo Foé (2013) remetem-nos a se colocar sobre três (3) elementos essenciais para ressignificar a autenticidade dos saberes africanos (as) em particular da sociedade africana, isto é, epistemológico, metodológico e cultural, dando-os sentidos e significados que estes sobrecarregam em seus diferentes espaços.

Estes mecanismos “[...] essenciais nos permitem superar os argumentos indolentes e errados sobre a inferioridade congênita dos Negros, ou pelo contrário, os argumentos da permanência da civilização e da cultura no tempo e no espaço” (FOÉ, 2013, p.194).

Essa ideia, a qual os africanos (as) devem-se mobilizar nas dinâmicas do seu desenvolvimento, enquanto protagonistas das mudanças sócio históricas, abrindo neste sentido a criação de paradigmas desconstrutivistas de uma epistemologia africana ilustrada por pensamentos eurocêntricos. Essa retomada de discurso nos possibilita a compactuar de novo, sobretudo de uma sociedade africana ressignificada com as suas epistemologias.

³ Os negros da África, por natureza, não têm nenhum sentimento que se eleve acima do pueril. O senhor Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um negro demonstrando talento e afirma que dentre as centenas de milhares de negros que são transportados de seus países para outros, mesmo dentre um grande número deles que foram libertados, ele nunca encontrou um só que, seja em arte, seja nas ciências, ou em qualquer outra louvável qualidade, tenha tido um papel importante, enquanto que dentre os brancos, constantemente ele constata que, mesmo se nascidos das camadas mais baixas do povo, estes sempre se elevam socialmente, graças a seus dons superiores, merecendo a consideração de todos (KANT, 1980, p. 505).

Para Toyin Falola (2007) mostra que “[...] O que queremos evitar é o totalitarismo do passado e de suas culturas e temos de ficar alertas contra aqueles que nos apresentam narrativas totalizantes do passado” (FALOLA, 2007, p.19).

Essa perspectiva negligenciadora, faz da cultura eurocêntrica apoiada pelo o colonialismo e patriarcado, há desvalorizar as alternativas criadas pela afrocentricidade, tentando de todo custo atribuindo-a o espaço da subalternidade e da estigmatização, visto como biscoito quebrado⁴. A impossibilidade de reconhecer outros sujeitos como promotores das capacidades cognitivas dos saberes, e das verdades, se faz presente fundamentalmente na discussão do novo advento epistemológico sobre a sociedade africana (FALOLA, 2007).

Como apontam Kaphagawani & Malherbe, (2002) discutir sobre pensamentos filosóficos eurocêntricos, em contrapartida das etnofilosofias africanas, não é um fenômeno simples, mas sim se constitui numa avaliação repleta de complexidades epistemológicas erguidas pelas disputas dos conhecimentos.

Neste sentido apontam autores que “[...] qualquer estudo epistemológico você precisa se deparar com afirmações que têm a ver com o conhecimento, justificação, verdade, crença, teoria, ideias e intenções, explicação, compreensão, experiência e ação humana” (KAPHAGAWANI & MALHERBE, 2002, p.3).

Tomando em consideração essa dualidade epistemológica, de uma forma nítida se percebe que a relação do conhecimento de uma forma a outra, é uma teoria que consiste nas implicações dos poderes e saberes entre demandas hegemônicas e contra hegemônicas envolvendo um pensamento relacional africana e eurocêntrica.

No entanto, aponta José Flávio Sombra Saraiva (2015), a dimensão desse entendimento sobre a sociedade africana, resulta-se, sobretudo na construção de uma nova cultura sociopolítica das sociedades africanas. Apesar disso,

a mensagem da África é clara ao mundo. O continente não quer remoer o passado à cata de culpados. Quer caminhar para frente. O renascimento do início do século XXI é mais altruísta, evidencia outra forma de renascer, mais eficaz que a anterior, mais pragmática, a fazer referência a outras formas obliteradas de africanidade pelos discursos políticos engendrados pelas ideologias da Guerra Fria e do nacionalismo teórico e político da primeira geração das independências (SARAIVA, 2015, p. 33).

⁴ A metáfora dessa terminologia acima impregnada por mim, é uma classificação preconceituosa e desumana daquilo que os europeus percebem dos territórios africanos, e dos povos que lá se encontram. Essa ideia justamente lhes remete foi fatiada feito uma bolacha-quebrada, dando-a nomenclatura de continente africana, mesmo com ausência destes povos nativos.

Vale salientar que as críticas epistemológicas oriundos de estudiosos africanos (as) não limitam simplesmente as visões sociopolíticas e econômicas em colocar agendas das sociedades africanas, como sendo prioridades em contrapartida do aprofundamento que outras epistemologias lhe colocam e ainda procuram recolocar.

Ou seja, a sociedade africana precisa não só de uma revolução política emancipatória, mas sim de uma valorização da epistemologia dos intelectuais africanos.

Com base desta reflexão, aponta Falola (2007, p.37) “o monopólio das ideias por uns poucos deve ser quebrado. Temos de quebrar a rigidez que impede o desabrochar de talentos, e fazê-lo através da criação de fontes inesgotáveis de publicação de novas ideias e invenções”.

Percebe-se que uma suposta transição de olhares de África para africanos (as), ou seja, de africanos (as) para África possibilitará uma nova forma de repensar os seus paradigmas epistemológicos, encontra partida com suas dinâmicas do desenvolvimento.

3. PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

Os pressupostos teóricos das quais as realidades do desenvolvimento se enquadram nas sociedades africanas nos remetem muitas aplicabilidades no que se refere o campo observável desse fenômeno sociocultural e política.

No contexto africano, não se deferem dessas ambivalências analíticas desafiadoras, sobretudo, no que se aplica como desenvolvimento? Por este motivo, faz sentido lançar a mão sobre os questionamentos que alguns teóricos dessa área procuram contrapor aos modelos dos desenvolvimentos propostos pelas agendas internacionais, exemplo disso, referimo-nos sistema democrático exógeno; economia do mercado, ou seja, a liberalização política e a privatização das empresas públicas em detrimento das privadas) e seus aliados financeiros para as sociedades africanas (DIALLO, 2011; BRANCO, 2007). Nesse domínio, conforme descreve o sociólogo Raul Mendes Fernandes, que,

o poder da ‘economia’ em se tornar o discurso autorizado das instituições estatais é reforçado pelas imposições das organizações financeiras internacionais—FMI, BM, os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) aplicados desde os anos oitenta do século passado, com particular incidência nos países africanos. Os PAE passam a ser através do seu vocábulo o discurso autorizado e legitimado dos Estados. Os ministérios de finanças destes países encarregues de aplicar e vigiar as políticas de ajustamento passaram a ser um dos centros do poder (FERNANDES, 2012, p.38).

Nas palavras de, Carlos Nuno Castel Branco compreende-se, que “[...] África e as sociedades Africanas ainda são muito frequentemente tratadas como regiões homogêneas com características comuns: pobres, rurais, dualistas, com abundância de força de trabalho desqualificada e barata” (BRANCO, 2007, p.1). Por via das pluralizações conceituais o desenvolvimento acentua-se, sob olhares e significações mediadas pelas interpretações subjetivas fatores estes que lhe condicionam certa disputa discursiva e pautas entre diferentes entidades sociopolíticas e socioeconômicas (BRANCO 2007).

Deste modo segundo, Bas´Ilele Malomalo, percebe-se que o desenvolvimento “[...] são conceitos polissêmicos e polêmicos. São palavras disputadas pelos políticos, cientistas de direita e de esquerda, conservadores, liberais, socialistas, progressistas, radicais e moderados; colonizadores e colonizados, dominadores e dominados” (MALOMALO, 2010, p. 189).

Serge Latouche (2013), afirma que, “certamente o desenvolvimento, hoje na África, se tornou algo familiar e a própria palavra se tornou sagrada. É um fetiche onde todos os desejos se enredam. “Seguir o desenvolvimento” é “ganhar os projetos” ou “ganhar um branco”, é o remédio milagroso para todos os males, inclusive a bruxaria” (LATOUCHE, 2013, p.181). Ainda persiste autor, mostrando que,

a economia e o desenvolvimento são conceitos etnocêntricos que não correspondem à interpretação das práticas do [...] nem ao imaginário africano. Antes do contato com o Ocidente, o conceito de desenvolvimento não existia. Na maior parte das sociedades africanas, a própria palavra “desenvolvimento” não tem nenhum equivalente na língua local (LATOUCHE, 2013, p.179).

No entender de Carlos Cardoso, (2011) aponta que o desenvolvimento africano ainda se enfrenta as sequelas do colonialismo, e continua-se deparando dessas explorações através da nova transição neocolonial. Nesse sentido, ele ainda demonstra que,

enquanto os novos Estados se batiam pela libertação das sequelas do colonialismo, na África pós-colonial transitou-se do discurso civilizador para o discurso desenvolvimentista. As ciências sociais ocidentais passaram da missão de civilizar a África para a missão de desenvolver a África. As teorias de modernização, em voga na altura do pós-guerra, presumiam que desenvolvimento era o que o Ocidente tinha e faltava aos países ditos subdesenvolvidos, e que desenvolvimento era um processo histórico linear. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é concebido como o processo de ‘recuperação’ (*rattrapage*) de África em relação ao Ocidente, um processo linear de transição das sociedades pré-históricas para as sociedades capitalistas modernas, e não como o aumento sistemático da capacidade do

homem de dominar (*maitriser*) o seu meio ambiente, de satisfazer as suas necessidades e de realizar o seu potencial (CARDOSO, 2011, p.129-130).

Por sua vez, José Jaime Macuane (2005), sustenta que análise desses caminhos do desenvolvimento paradoxal na sociedade africana se davam nos meados de anos 1960 a 70 períodos este conhecido como a transição política para as independências dos países africanos. Levando em consideração essa situação sócio-histórica perseguem as paradigmas que abalam o desenvolvimento da sociedade africana estão amarrados pelas crises exteriores e esses modelos adotados internamente pelas elites africanas. Nas palavras de Colgan (2001) citado por Macuane (2005),

[...] nos anos 80, a crise da dívida nos países em desenvolvimento começou a se manifestar, com as suas decorrentes consequências negativas, como efeito do choque da crise do petróleo dos anos 70, o aumento das taxas de juros e a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional. No caso da África, a crise tomou contornos mais críticos também nessa altura, com o crescimento do rácio da dívida em relação ao PIB de 51% em 1982 para 100% em 1992. Para se ter uma ideia da situação, em 1998 O PIB per capita da África subsaariana era de US\$ 3083, enquanto que a dívida externa era de US\$ 365 per capita (COLGAN, 2001, *apud* MACUENE, 2005, p.1).

Nas palavras de Saraiva (2015), considera-se que os processos globais movimentam o sistema da produção econômica e as esferas das competitividades estatais os estados africanos não escapam dessas inflações. Neste sentido, ele descreve que “as exportações avançam na proporção de 43% a 45% do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos. O crescimento do PIB africano nos dois últimos anos foi aproximado a 5%, conforme os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial disponíveis” (SARAIVA, 2015, p.26).

Segundo autor, o “[...] não reconhecimento da necessidade de se adaptar as estratégias de desenvolvimento à realidade local, só pode ser explicado pela lógica, com vários exemplos históricos, de que os países mais desenvolvidos quando chegam ao topo tendem a chutar a escada para outros não os alcançarem na escalada rumo ao desenvolvimento” (CHANG, 2003, *apud*, MACUENE, 2005, p.5). Segundo coloca Ricardo Ossagô de Carvalho, (2016), na sua tese intitulada “Política Externa e Estado Na Guiné-Bissau: Crises Multidimensionais e o Papel dos Organismos Internacionais ‘CPLP & CEDEAO’ (1973-2014)”.

Ele aponta que, os andamentos dos “bens públicos e os principais produtos econômicos de exportação que poderiam beneficiar as comunidades não são suficientemente valorizados e explorados de forma racional; e com a economia mundial cada vez mais

globalizada, na qual o fator local é interno, em larga medida perdeu influência e peso” (CARVALHO, 2016, p. 98). No entanto, Carlos Nuno Castel Branco (2007) aponta que,

[...] Existem uma série de preconceitos acerca da questão de “desenvolvimento”. Um deles é que desenvolvimento é um processo cumulativo – mais estradas, ou indústrias, ou escolas, ou centros de saúde, ou consumo, ou oferta, ou exportações, ou importações, ou tamanho da economia, ou número de partidos e de eleições, dependendo daquilo a que cada modelo específico presta mais atenção. Num certo sentido, todos os Países e economias estão no trilho de desenvolvimento; a questão é como acelerar o percurso desse trilho – isto é, como ter mais daquilo que se considera importante para o desenvolvimento (BRANCO, 2007, p. 2).

Em primeiro lugar, viu-se que o modelo do desenvolvimento que o continente africano almejado logo nos finais do Sec. XX, com o liberalismo, constituir uma nova elaboração da transição política e sua autonomia diversificada, no sentido de criar conexões nacionais, e regionais, para enfrentar as crises estruturais externas postas sobre África.

Conforme salienta Alfa Oumar Diallo (2011, p.94) “os males que afetam o continente africano estão intactos: pobreza, dependência econômica, endividamento, fraca produtividade, doenças, repressões políticas, conflitos etc.”. Neste sentido, autor entende que,

[...] Plano de Ação de Lagos sobre o desenvolvimento da África preconizava um desenvolvimento baseado em cinco princípios: autonomia; união econômica em 2000 através da integração regional; democratização do processo de desenvolvimento; equidade e justiça na repartição dos benefícios do desenvolvimento, pela erradicação progressiva da pobreza e do desemprego. As esperanças legítimas que ele havia suscitado foram decepcionantes. Apesar das múltiplas críticas e, às vezes fundadas, o Plano de Lagos representava uma visão endógena, autêntica e autônoma sobre o futuro do continente (DIALLO, 2011, p. 99).

Embora essa mobilização, seja fundamental para a reorganização da política econômica voltada à complexidade da realidade africana, ainda se percebe que “o Plano de Ação de Lagos tornou-se uma carta fundamental da Organização da Unidade Africana no setor do desenvolvimento. [...] seu principal objetivo, é a auto-sustentabilidade e a autonomia alimentar nacional e coletiva da África” (DIALLO, 2011, p. 100).

Ainda na mesma linha do pensamento, Carlos Pimenta observa que o desenvolvimento do continente africano é tido para o mundo fora, como do não sustento, ou seja, neste sentido passa duma desvalorização e da não capacitação dos meios de produção dos seus investidores internos no que se refere à construção de caminhos para a sua autonomia econômica e

financeira (PIMENTA, 2003). Ainda demonstra “[...] África Subsariana continua na cauda do crescimento e do desenvolvimento econômico” (PIMENTA, 2003, p. 3).

A instabilidade do desenvolvimento econômico na sociedade africana, por parte, é o fruto da relação política conflituosa e a má governação constante que abalam o funcionamento das instituições econômicas internas, resultados de um retrocesso do crescimento econômico significativo para quase todo regime político instável em África. Para, Saraiva (2015),

África é fonte de cobiça por 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e de 10% a 15% do petróleo. São aproximadamente trinta os recursos minerais do mundo que a África guarda em seu subsolo. Mas só participa de 2% do comércio mundial e possui apenas 1% da produção industrial global (SARAIVA, 2015, p. 36).

Por isso, não podemos deixar de lado, situar e contextualizar de forma crítica os modelos econômicos do desenvolvimento adequados às instituições africanas, sem levar em consideração as reformuladas sociais e culturais que África se encontra perante o processo da globalização. Por assim dizer, mesmo com esses desafios globais que África enfrenta,

em três linhas, pode-se observar a elevação do *status* da África no nascer do século XXI, a saber: • avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e contenção dos conflitos armados; • crescimento econômico associado a *performances* macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e na preocupação social; • elevação da autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos (SARAIVA, 2015, pp. 25-26).

Ou seja, nesse cenário, mesmo sendo difícil, ela precisa criar critérios de repensar principalmente o desenvolvimento das quais estados, e as suas sociedades, podem usufruir.

Deste modo, não seria justo, que o desenvolvimento sociocultural e econômico da sociedade africana adquirisse o modelo Ocidental, mas seguir as estratégias que se conjuga com as realidades práticas de uma sociedade munida de perspectivas e capacidades sócio intelectuais para confrontar os desafios globais.

Na visão de Mbaye (2009) os [...] estudos feitos por alguns economistas africanos [...] apresentam o continente africano como ‘um novo El dorado’. [...] a África pode vir a ajudar o mundo no plano econômico, dado que ele terá sempre necessidade de ‘foyers’ de desenvolvimento (MBAYE, 2009, *apud*, CARDOSO, 2011, p.139).

Em vista disso, podemos entender que,

pesquisas recentes demonstraram que África não é redutível a calamidades e a epidemias; que é necessário ter uma visão mais realista de África, um continente antes de mais nada plural e cheio de contrastes; que, por exemplo, o Botswana, o país mais atingido pelo SIDA, é ao mesmo tempo o país que tem a melhor gestão dos rendimentos provenientes dos diamantes apresentando um forte crescimento e pouca desigualdade social (HUGON, 2006, *apud*, CARDOSO, 2011, p.138).

Em percepção disso, podemos compreender que os processos filosóficos e hegemônicos, impostos sobre África pelas instituições econômicas, exemplo, Fundo Mundial Internacional, (FMI); Banco Mundial (BM), e os demais, precisam de novas reformulações imediatas que obedeçam às demandas da economia africana (CARDOSO, 2011).

A condição *sine-quo non* da emancipação pluriversais da sociedade africana, frente às situações externas, articulam paradigmas que emergem novas normalizações sociopolíticas e econômicas, de um território que sempre foi alvo de discurso de ciclo vicioso.

Razão pelo qual, existem evidências claras que o desenvolvimento que as sociedades africanas se confrontam, é tão distante do aquilo que o mundo ocidental se define e compactuam como desenvolvimento, motivos estes que incentivam as transformações e expectativas das propostas revolucionárias de paradigmas de desenvolvimento, que poderia ser reformulada em sentido de cobrir as exigências concretas e éticas da África.

4. SERIA ÉTICO A ÁFRICA REFORMULAR PARADIGMAS DODESENVOLVIMENTO IMPOSTO PELO MUNDO OCIDENTAL?

A discussão sobre o desenvolvimento da sociedade africana advém desde a sua formação sociogeográfica e sócio-histórico, como realça filósofo congolês Valentin-Yves Mudimbe⁵ citado pelo sociólogo guineense Carlos Lopes. Em contrapartida, disso, procura-se entender: O que esse mundo eurocêntrico define como desenvolvimento para a sociedade africana? Tudo isso nos levam a compreender o quão é interessante abordar os paradigmas e

⁵ Mudimbe, seguindo a mesma linha de pensamento, demonstrou que a idéia geográfica de África começou por ser uma criação ocidental. Isto é curioso, pois a divisão do mundo em Ocidente e Oriente deixa um buraco para a África sub-sahariana. É como se ela fosse um subproduto do Orientalismo. Ao conceito geográfico de África vai-se associar, [...] desde o século XV a África vai ser assimilada a uma mistura pseudocientífica e ideológica que inclui campos semânticos dos conceitos de primitivismo e selvageria, importados da idéia de barbarismo; e que servirão para justificar o tráfico de escravos. Mudimbe demonstra com precisão o processo de apropriação do conceito de África pelos movimentos políticos africanos e como, aos poucos, uma ideologia indubitavelmente gerou seu contraponto: o pan-africanismo (LOPES, 2008, p. 48).

exigências no momento em que África se caminha para as desconstruções dos mecanismos homogêneos do que se contempla como desenvolvimento. Que desenvolvimento?

Quem desenvolve? O mundo Ocidental já atingiu o desenvolvimento? Todas essas inquietações e equívocos merecem esclarecimentos cautelosos para as sociedades africanas.

Para Samir Amin (2005) “durante o ‘período de Bandung’ (1955-1975) os Estados do terceiro mundo colocaram em marcha políticas de desenvolvimento de vocação auto-centrada (real ou potencial), quase exclusivamente em escala nacional, precisamente para reduzir a polarização mundial (para uma ‘recuperação do atraso’)” (AMIN, 2005, p.85).

Nessa direção, Claude E. Ake (2016) se posiciona, em relação à sociedade africana, e o nível do seu desenvolvimento, demonstrando que a estratégia ideológica utilizada pela sociedade ocidental, de tirar proveitos e explorações ao longo dos tempos, ainda de certo modo, são abraçadas pelo continente africano. Por assim dizer,

existem outros sinais do caráter manipulador do estudo econômico ocidental sobre a África. Ele cria e aprofunda um complexo de inferioridade entre povos do Terceiro Mundo e os tornam mais propensos à dependência. Tomemos primeiro a questão da sensação de inferioridade. Uma medida do sucesso do imperialismo ocidental é o fato de que os países do Terceiro Mundo, de bom grado, se rotulam “subdesenvolvidos”, apesar das óbvias conotações pejorativas desse termo (AKE, 2016, p.70).

É tão nítido salientar que a margem epistemológica sobre a sociedade africana, constituem-se, sobretudo no amargo de uma reformulação e suprimimento político e socioeconômico dos mecanismos imperialistas em nova transição das sociedades africanas, do que se define sobre desenvolvimento.

Para Amartya Sen (2010), o desenvolvimento pode ser “[...] relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos” (SEN, 2010, p.29).

Essas complexidades interpretativas sobre o desenvolvimento em África se constituem fundamentalmente na educação, tendo-lhe como a sua ênfase para a sua materialização e no combate aos impactos socioeconômicos negativos que estimulam perspectivas epistemológicas que afetam pilares do desenvolvimento.

E na África, por exemplo, na sociedade ganesa, já tinha a capacidade tecnológica em converter a sua produtividade logo no início da virada do Sec. XX, em relação ao uso da energia solar na proteção de grãos de cacau, tecnologia este que posteriormente foi adquirida

pelo Sudeste Asiático, e toda a humanidade no que se refere à conservação de cacau. Isso demonstra que não é a indústria que possibilitava a movimentação do desenvolvimento em África Ocidental, mas sim o comércio (AKE, 2016).

Isso pressupõe que as relações conceituais que se articulam em volta da bipolaridade do desenvolvimento existente entre Ocidente e África, ainda se fundamentam sobre a cultura e poder do crescimento econômico, e sociocultural. Portanto,

para analisar as dinâmicas sociais em curso na África, é conveniente adotar outra abordagem. Para trazer à luz suas regularidades comuns e sua racionalidade política, é indispensável partir da configuração teórica que apreende filosoficamente a política como lugar de efetividade da razão prática; não sem antes compreender o processo de produção africana da modernidade política sob o signo da inovação e da emancipação do sujeito africano, destacando a estreita articulação do princípio individual e do princípio comunitário (KOUVOUAMA, 2000, p.6).

Essa dimensão cultural e política na África se faz compreender que o desenvolvimento é visto, por outro lado, como sendo ato cultural, o que implica o contexto pelo qual a sequência de representações e diversos programas que alertam quanto o desenvolvimento na sociedade africana se assumem.

Se, por um lado, o desenvolvimento é tido como polo atingido pelos países ditos da primeira escala mundial, vale salientar que ao mesmo tempo não poderíamos de deixar de lado a observação e reflexo imediato em processos e aspectos socioculturais do mesmo desenvolvimento e seu paradoxo imediato em sociedade em causa (KOUVOUAMA, 2000). Nas palavras de Pedro Sisnando Leite (2012), convém admitir que,

a) O progresso material é inseparável da vida social e do elemento humano, que é o fim último do desenvolvimento e o meio para o seu alcance. b) Nas primeiras etapas do desenvolvimento, normalmente ocorre agravamento das tensões sociais, descontentamentos e frustrações que, em geral, decorrem do fosso entre as aspirações crescentes e os insuficientes resultados alcançados. c) A obtenção do desenvolvimento não assegura a simultânea tranquilidade social, política e psicológica da população. A elevação do nível cultural, consciência política e independência Econômica podem, às vezes, gerar novos desentendimentos ou substituição das aspirações elementares dos estágios iniciais do desenvolvimento. d) É necessário contemplar, desde o início, nos processos de desenvolvimento, os ingredientes sociais, de modo que se possa construir, ao longo do tempo, uma sociedade justa, que ofereça um ambiente adequado a uma vida o mais socialmente feliz possível (LEITE, 2012, p.139).

Prosseguindo-se sobre os mecanismos historiográficos que compreendem as dinâmicas da África e as suas sociedades, o autor compreende-se que faz sentido cruzar aspectos que inserem aos seus desenvolvimentos endógenos, possibilitando-nos a entender que o andamento desses caminhos se constitui diferentes sujeitos e as relações socioculturais, políticas, econômicas, em conformidades as disputas de poderes.

Para Joseph Ki-Zerbo (2009) pressupõe-se que a sociedade africana é muito incompleta, permitindo-se, o alargamento dos equívocos em nível do desenvolvimento sobre o continente. Além disso, o autor tenta-se incomodar com as suas políticas revolucionárias, enfatizando que a África deve-se seguir viés das transformações sociais que o mundo ocidental sempre lhe recusa, tomando de partida a sua história que foi ignorada há séculos.

Segundo Ki-Zerbo, (2009) essa intolerância política e socioeconômica sobre a sociedade africana, só pode ser a partir de uma África emancipada que procura revisar o modelo de desenvolvimento, dando-lhe o novo rumo.

Isso implica que a sociedade africana poderia mencionar a resistência do seu passado, como o marco para o alinhamento do desenvolvimento, ou seja, ele em si, se traduz na multiplicação de valores tanto qualitativos como quantitativos, o que lhe transforma como ato de passagem e não resume somente ao valor acumulativo como o mundo europeu o tece. Por via dessa reflexão, ele levanta o seguinte questionamento,

acumulação para quem? Pode-se afirmar que a mão invisível do mercado assegura o crescimento econômico ótimo para todos e para cada um, mas isso não é verdade. Há sacrificados. Se não queremos que o crescimento seja cego, podemos procurar responder a essa questão fundamental. Qualquer crescimento capitalista produz ricos e pobres. Como remediar isso de maneira preventiva ou curativa? Assim, no plano ideológico, podemos colocar a questão da validade desse paradigma de desenvolvimento que significa, simplesmente, o crescimento e a acumulação aritmética...Reduz-se o projecto de sociedade a um objetivo econômico (KI-ZERBO, 2009, p.135).

Segundo essa análise, Ki-zerbo (2009), percebe que a classificação do desenvolvimento endógeno na sociedade africana, ultrapassa o fator econômico, por esta razão, não se pode lavar do desenvolvimento, sem levar em conta o poder da cultura e suas contribuições para todos (as) africanos (as). Por assim dizer ele acredita que, a transição da ideologia capitalista euro/americana não passe do simples desvalorização das realidades africanas, e seus meios de abordar o desenvolvimento pelos seus próprios investigadores (as) que retribuem as vantagens para África que sempre é vista no sistema mundo “capitalista” enquanto espaço onde que se estagna o desenvolvimento (KI-ZERBO, 2009). Segundo

Cheikh Anta Diop (1990), por sua vez, entendeu que o desenvolvimento das sociedades africanas e suas políticas socioeconômicas deveriam seguir um modelo específico que possam tomar o espírito coletivo de uma África livre da exploração eurocêntrica. Para que isso aconteça no entender de autor,

[...] devemos ser capazes de coordená-la na escala do continente africano, ultrapassando desse modo as dificuldades locais que criamos conscientemente. É da maior importância que os africanos se deem conta de que os problemas de determinada região, por mais específicos que possam parecer, são, na verdade, continentais. Nós, por exemplo, estamos tão ameaçados de desaparecer quanto os zulus da África do Sul devido ao fascismo. Por outro lado, uma África negra independente só alcançará a estabilidade econômica e política se sua extensão for do Saara à Cidade do Cabo. Os Trópicos são pobres e não podem resistir sem as bacias do Equador e da Cidade do Cabo. Sendo assim, caso essas duas regiões caiam sob o golpe do fascismo, que assim seria transplantado para a África, o resto do continente negro se tornaria uma presa fácil. Portanto, é importante colocar como princípio a ideia de uma Federação de Estados Democráticos Africanos, cujas fronteiras vão do Saara à Cidade do Cabo, passando pelo chamado Sudão “anglo-egípcio” (DIOP, 1990, p. 56-57).

O processo desse desenvolvimento, construído numa solidariedade entre Estados africanos, em volta das questões que respeitam os elementos sócios democráticos, se torna como critérios essenciais para a influência externa sobre os padrões que os líderes políticos africanos devem seguir, para a melhor canalização dos recursos econômicos para as sociedades africanas. Ramón Grosfoguel procura, averiguar que a política neoliberalista imposta sobre controle direta do (Fundo Monetário Internacional, e do Banco Mundial) a continente africano, enquanto este não se liberta da manobra política e cultural dessas instituições, a sua ascensão econômica “riquezas”, passam a ser a maior fonte dos interesses para transformação na sociedade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2009). Nessa linha de reflexão, Christopher Wondji (2010), procura-se entender que este ciclo, deu-se, sobretudo nas formas como os dirigentes africanos/as se lidam com essas instituições financeiras,

As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – as quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), estas instituições tentaram redinamizar as moribundas economias africanas. Estes PAE correspondem a processos de estabilização mediante o restabelecimento dos equilíbrios macroeconômicos internos e

externos, ligados à implementação de programas de reformas estruturais. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão econômica em proveito do setor privado e a sua política traduz-se por um conjunto de medidas: redução dos gastos públicos, afetando especialmente os serviços sociais; realização de políticas setoriais, em favor da iniciativa privada (WONDJI, 2010b, p. 1135-1136).

Esse processo de negociação das dívidas entre instituições financeiras coordenadas por países do centro, reforçando-se ainda mais a estabilização de neocolonialismo político pedagógico frente ao continente africano.

Segundo Amin (2005) pode-se perceber que as estratégias que os países ditos “desenvolvidos”, ou seja, do Norte global, procuram-se definir o que seria o modelo do desenvolvimento sobre África nessa onda capitalista posta enquanto periféricas⁶.

Por esta razão, Eunice Sahle, demonstra que essas políticas geoestratégicas fazem com o próprio continente africano. Em relação esta situação, Sahle (2010, p.42) mostra que,

[...] a crise do desenvolvimento enfrentada pelo Sul não é apenas o resultado de um desenvolvimento econômico equivocados, mas sim um produto da política autoritária (apoiadas por eles nas décadas passadas), um estado de coisas a que se referem como uma "crise de governança". Para o Banco Mundial, a solução para as crises de desenvolvimento no Sul era o estabelecimento de democracia e práticas de boa governança, conceitualizada como "a criação, proteção e execução de direitos de propriedade... políticas macroeconômicas sólidas que criam um ambiente estável para a atividade de mercado. Bom governo significa também a ausência de corrupção, que pode subverter os objetivos de política e minar a legitimidade das instituições públicas que apoiam o mercado.

Conforme Mamadou Alpha Diallo aponta nas suas palavras que se “para os africanos se independência significava autonomia, liberdade, para metrópole a independência era um meio estratégico de evitar o rompimento dos laços históricos caracterizados por uma relação de domínio e de exploração de territórios africanos pela França e outras potências coloniais” (DIALLO, 2015, p.76). Esse despertar neocolonial não passa despercebido por alguns liderem

⁶ Quanto às “periferias”, elas se definem simplesmente de forma negativa: são as regiões que, no sistema capitalista mundial, não são erigidas como centros. São então os países e regiões que não dominam localmente o processo de acumulação, que é, pois, definido principalmente pelas coações externas. As periferias não são, por essa razão, “estagnantes”, apesar de seu desenvolvimento não ser similar ao que caracteriza os centros nas etapas sucessivas da expansão global do capitalismo (AMIN, 2005, p.83).

africanos, por exemplo, do Kwame Nkrumah nos proporciona uma reflexão sobre as máscaras dessa exploração neocolonial, tudo isso, segundo ele (1977), citado, por Candé, (2013, p.47),

[...] que está revestido de “tratados diplomáticos”, que encurralam a maioria dos países, transformando-os, por sua vez, nos chamados “Estados clientes”: apesar de independentes, acoplados à dominação das antigas potências coloniais [...] desenvolvendo uma espécie de dependência financeira e diplomática.

Por este motivo nos levam a questionar que África precisa-se, reformular as suas epistemologias e exigências que possam conduzir com as suas realidades endógenas e a conscientização sobre políticas concretas que resgatem as verdadeiras intenções do desenvolvimento sobre sociedades africanas e para africanos (as) tanto os residentes em África quanto os da diáspora (DIALLO, 2015).

Para Fernandes (2011), a história e sociedade africana, partem-se, de uma ideologia em disputa, o que hoje, definimos enquanto a África, não foi unicamente assaltada em termos da sua soberania e independência, também, se deve essa violação aos seus valores culturais, e naturais pelo processo colonial e imperialista, em que todo custo, procura-se, delimitar estes espaços a da fome, miséria e desestruturação política.

Neste sentido, a força do trabalho dos povos oriundos desses territórios, conhecida por África, servia-se ainda serve da exploração para o mundo colonial. Segundo ele,

[...] a história da África deve ser reescrita, porque até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada pela força das circunstâncias, ou seja, pela ignorância e pelo interesse que acabam por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Assim não se trata de construir uma história revanche, mas de mudar a perspectiva e resuscitar imagens esquecidas ou perdidas, a fim de reconstruir o cenário verdadeiro (FERNANDES, 2011, p.235).

Em face dessa situação, Maria Paula Meneses (2009, p.181) afirma que “esta negação da diversidade das formas de perceber e explicar o mundo é um elemento constitutivo e constante do colonialismo. No entanto, e muito embora a dimensão política da intervenção colonial tenha sido amplamente criticada, o ónus da monocultura colonial epistêmica ainda atualmente aceite como um símbolo de desenvolvimento”.

No entender de Tomé (2018), o desenvolvimento deve ser tomado enquanto produto da construção social, ou seja, a sua projeção, assume caminho da subjetividade, porém não

linear o que lhe coloca em constante conflito, quer a nível individual, quer em classes sociais, como também entre nações e comunidades em disputas (TOMÉ, 2018).

Para que possamos compreender essa complexidade, faz-se necessário observar o desenvolvimento da África, a partir de alternativas, que tomam em considerações as outras variáveis que mobilizam os recursos entre sociedades mais aceleradas e as que estão nesse processo para um desenvolvimento mais consistente.

Por esta razão, ainda percebe-se que “ao lado da completa solidão moral da África oficial, ao lado da decrepitude da África ocidentalizada, existe uma outra África bem saudável. Esta África dos exilados da economia mundial e da sociedade planetária, dos excluídos no sentido dominante” (LATOUCHE, 2013, p.184).

Porém para que isso, seja realizada na prática seria necessário à integralização de uma política econômica e sociocultural que valoriza a as diversidades de cada contexto e povo da África, em situações que eles se sintam protagonistas do modelo a seguir para o desenvolvimento, e não o que dado pelo mundo fora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparamos que as epistemologias sociopolíticas em relações às dinâmicas do desenvolvimento voltado à sociedade africana tem sido aos longos dos tempos se confrontarem com paradigmas socioculturais eurocêntricas, munidas de intenções políticas que coloca a sociedade africana na beira da dependência econômica das instituições financeiras externas. Na base dessa disputa, a nova epistemologia africana, cria a sustentabilidade crítica e invertendo essas lógicas, possibilitando a África novas posições em prol do cenário econômico global.

Manter essas posições de equilíbrio socioculturais e econômicas possibilitam a sociedade africana reformular-se e orientar sobre o modelo de desenvolvimento que respeita as suas estratégias endógenas. Por outro lado, entende-se que uma nova filosofia política africana para o desenvolvimento, precisa-se ser concretizada no sentido de permitir avanço linear da sociedade africana frente aos desafios do Sec. XXI, ou seja, caminhos econômicos que criam retornos imediatos para África.

Neste sentido, os projetos de ações econômicos devem voltar a mobilizar as estratégias para amarrar o modelo ideal para o desenvolvimento da África, sem deixar de lado guias práticas elaboradas por cientistas sociais e econômicos africanos (as) que atuam nessa área. Além disso, a sociedade africana não se deve confiar também nas teorias do desenvolvimento mencionadas pelos europeus e seus aliados institucionais, motivo pelo que estas abordagens, muitas vezes, são experiências e vivências da sua sociedade, então a cópia disso para África, não terá grande impacto positivo, simplesmente por razão das complexidades e as diversidades socioculturais que este continente se encontra.

Por outro lado, verifica-se que o desenvolvimento da África, vem sendo associado a sua questão política, fato este que se culminava em avaliações externas, na qual a liberalização econômica e política são elementos que sustentava a não desenvolvimento da sociedade africana, razão pelo qual merecem guias e imposições do modelo de desenvolvimento sinalizadas pelas agendas financeiras internacionais, numa justificativa que a África não pode seguir com seus próprios pés e cabeças.

Por isso, a África deve pensar o seu desenvolvimento de mãos dadas com realidades endógenas que se produzem lá e para lá, sem abrir a possibilidade de seus recursos econômicos e naturais fossem exploradas mais para o mundo exterior. Fatos esses, que deixam ainda mais a

sociedade africana e seus líderes sociopolíticos a certa dependência do mundo fora e os sistemas que lhes rodeiam “neocolonial e capitalismo”, camufladas no desenvolvimento.

Procura-se, então, desmistificar de forma crítica a África, sobretudo, na tomada da sua direção sociopolítica a volta da sua economia, para melhor controvertendo, sem qualquer risco e as demandas do desenvolvimento definidas instituições internacionais, deixando-se, de lado, a subjetividade que a política do desenvolvimento de confronta.

Porém, quando se salienta da produtividade e política econômica para desenvolvimento a que enquadrá-la, em variedades que dele se faz, sem seguir um padrão Ocidental, que renega a existência do desenvolvimento sociológico das outras realidades, tal como das sociedades africanas inclusive da África.

Neste sentido, a sociologia africana busca-se, introduzir as ideais e teorias alternativas do desenvolvimento, enquanto processo múltiplo, deixando-se, a entender não se pode falar das narrativas desenvolvimentistas, sem colocar a dimensão sociopolítica, cultural, econômica e, sobretudo, ambiental, algo este que a sociedade africana ainda por vezes é excluída.

Por assim dizer, este “desenvolvimento alternativo” não eurocentrizado a priori, deve tomar em consideração as ferramentas que priorizam as demandas da África, enquanto combustíveis do nosso próprio problema, e a contrapartida disso, o desenvolvimento não se resulta em acúmulos ou ausência.

Compreendemos aqui, que esta palavra de ausência no que tange ao desenvolvimento definido do mundo exterior para a sociedade africana, reflete por outro lado, na dificuldade da interpretação do próprio desenvolvimento, fato este que quase em todas as línguas africanas, não se encontra aspirações que corresponde à realidade local. É importante referenciar, que as relações históricas do desenvolvimento que o Ocidente projeta a África, questão esta que não tem, às vezes, sentido para as complexidades que a sociedade endógena apresenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. *Tempo*, 2005, 9.18: 77-123.

ASSIMENG, Max. PRINCÍPIOS DO PENSAMENTO SOCIAL AFRICANO: REMODELANDO O ÂMBITO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO. In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016. p.277-325.

AKE, Claude E. CIÊNCIA SOCIAL COMO IMPERIALISMO. In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.

BRANCO, Carlos Nuno Castel. Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização –Notas Críticas Soltas. In: **“Estudos Africanos: Perspectivas Actuais”**, 14-15 de Novembro de 2007.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional**: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. **Política externa da Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel da ONU, CPLP, UA e CEDEAO na configuração ideológica e na coordenação diplomática de resolução de crises para Guiné-Bissau (1994 a 2014)**. 2016.

CARDOSO, Carlos. (2011). **Da possibilidade das ciências sociais em África**.

DIALLO, Alfa Oumar. **Renascimento africano e desenvolvimento**. Conjuntura Austral, v. 2, n. 6, p. 92-120, 2011.

DIALLO, Mamadou Alpha. **África ocidental: oportunidades e desafios da integração regional frente às relações interafricanas** (desde os anos 1960) / Mamadou Alpha Diallo. - - 2015.

DIOP, Cheikh Anta. Alerte sous les Tropiques. Articles 1946-1960. **Culture et développement en Afrique noire**. Paris: Présence Africaine, 1990.

FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? **Educar em Revista**, n. 47, p. 175-228, jan. /mar. 2013.

FALOLA, Toyin. **Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África**. Afro-Ásia, 36 (2007), 9-38.

FERNANDES, Raul Mendes. **O informal e o artesanal: pescadores e revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau: fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal).

FERNANDES, Lito Nunes. Economia política da integração regional na África Ocidental: a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional / Lito Nunes Fernandes. – Porto Alegre, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Epistemologias do Sul**. (Org.). SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Coimbra: Almedina, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 149-160, 2008.

KANT, Immanuel. **Observations sur le sentiment du beau et du sublime**. In Oeuvres philosophiques. Paris: Gallimard/NRF, 1980, vol I.

KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. African epistemology. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues.

KOUVOUAMA, Abel. Pensar a política na África. Tradução para uso didático de KOUVOUAMA, Abel. Penser la politique en Afrique. **Politique africaine**, n° 77, mars-2000, p. 5-15, por Thiago Ferrare Pinto.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando Africa?**: Entrevista com René Holenstein; tradução Carlos Aboim de Brito-Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais** / Pedro Sisnando Leite. – 2. ed. rev. – Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

LOPES, Carlos. África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 26, n. 1, 2008.

LATOCHE, Serge. A África pode contribuir para resolver a crise do ocidente?. Espaço Plural, v. 14, n. 28, p. 175-197, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944241009.pdf>>. Acesso em: jun. 2022.

MENESES, Maria Paula. Corpos de violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimento no Moçambique Contemporâneo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

MACUANE, José Jaime. (2005). **OS PARADOXOS DO DESENVOLVIMENTO À LA CARTEM**. Estudos Afro-Asiáticos.

MALOMALO, Bas' ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)**. 2010.

NUNES, João Ariscado. O RESGATE DA EPISTEMOLOGIA. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

PIMENTA, Carlos. «Globalização em África e (Des) Humanismo». In: **Conferência Internacional “Humanismos Latino e Africano: Encontros e Desencontros”** Dakar, janeiro 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico** / José Flávio Sombra Saraiva. – Brasília: FUNAG, 2015.

SAHLE, Eunice. **World Orders, development and Transformation**. London: Palgrave Macmillian, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOMÉ, Elias de Oliveira. O desenvolvimento económico em África: realizações e constrangimentos. 2018. Tese de Doutorado.

WONDJI, Christopher. Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné. In: ALLAN, Bathwell (Ed.). **África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010a, p. 1095-1131. (História geral da África, V).